

## CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIA

Certifico, ao abrigo do disposto número três do artigo primeiro do Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de Março, que o presente documento, em fotocópia, composto por sete folhas, por mim numeradas, rubricadas e carimbadas, está conforme o original, o qual me foi exibido para efeitos de conferência e que constitui um Acordo Directo referente ao Contrato de Cedência de Espaços e de prestação de serviços.

Lisboa, 4 de Julho de 2006.

A Advogada



Número de Registo: **4016**

Não sujeito a Imposto do Selo

**RITA FERREIRA DOS SANTOS**

**ADVOGADA - Cédula 17234**

**C. N.º 216 543 355 - 8.º B. F. Alga / Odivelas - 3522**

**Av.ª Fontes Pereira de Melo, 14 - 15.º**

**Tel.: 21 864 00 00 - 1050-121 LISBOA**

Avenida Fontes Pereira de Melo, 14-15º  
1050-121 Lisboa, Portugal

Telefone (351) 21 864 00 00  
Telefax (351) 21 864 00 01

7/ma

Data 4 de Julho de 2006

**GABINETE DE ESTUDOS E DE PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES DO  
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**E**

**SIRESP – GESTÃO DE REDES DIGITAIS DE SEGURANÇA**

**E EMERGÊNCIA S.A.E**

**PT COMUNICAÇÕES, S.A.**

**ACORDO DIRECTO**

**SIRESP**

**Linklaters**

**Avenida Fontes Pereira de Melo, 14-15º  
1050-121 Lisboa, Portugal**

**Telefone (351) 21 864 00 00  
Telefax (351) 21 864 00 01**

**Ref**

2  
m

## ÍNDICE

1	Definições.....	3
2	Contrato de Gestão.....	3
3	Obrigações da PT Comunicações .....	3
4	Cessão da posição contratual.....	3
5	Efeitos da assumpção da posição contratual .....	3
6	Aceitação da Operadora .....	4
7	Comunicações.....	4
8	Direito aplicável.....	5
9	Resolução de diferendos .....	5

## Acordo Directo referente ao Contrato de Cedência de Espaços e de prestação de serviços

Entre:

- (1) **GABINETE DE ESTUDOS E DE PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**, sito na Rua Martens Ferrão n.º 11, Lisboa, Pessoa Colectiva n.º 600026442, Decreto Regulamentar n.º 68/87, de 31.12.1987 (I Série), neste acto representado por Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, na qualidade de Director, doravante abreviadamente designado como **"Entidade Gestora"**;
- (2) **SIRESP – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência S.A.** com sede social na Avenida da República, n.º 53, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, com o capital social de € 50.000,00, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 15225, pessoa colectiva n.º 506 804 917, neste acto representada por Pedro Rafael Bonifácio Vitor, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Manuel de Andrade Lopo de Carvalho na qualidade de Administrador,, doravante abreviadamente designada como **"Operadora"**;

E

- (3) **PT COMUNICAÇÕES, S.A.**, Pessoa colectiva n.º 504 615 947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, 1050-009 Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 4ª Secção, sob o n.º 09406/18.09.2000, com o capital social de € 150 000 000, neste acto representada por Helena Margarida Almeida Costa Fêria, na qualidade de procuradora com poderes para o acto, doravante designada como **"PT Comunicações"**

### E CONSIDERANDO QUE:

- (A) Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2006, de 18 de Maio, a Entidade Gestora e a Operadora celebraram um Contrato de Gestão, relativo à concepção, projecto, fornecimento, montagem, construção, gestão e manutenção do SIRESP (o **"Contrato de Gestão"**);
- (B) Com vista ao cumprimento das obrigações assumidas para a implementação, gestão e manutenção do SIRESP a Operadora contratou o direito de utilização de espaços em imóveis, respectivas infra-estruturas e o direito de utilização de equipamentos e bem assim a prestação de serviços de segurança, limpeza, manutenção e conservação dos espaços e dos equipamentos que forem cedidos com a PT Comunicações;
- (C) A Entidade Gestora pretende dispor da possibilidade de assumir, nos termos deste Acordo, a posição contratual da Operadora no Contrato de Cedência de Espaços e prestação de serviços;
- (D) A Operadora e a PT Comunicações aceitaram que a Entidade Gestora possa dispor da possibilidade descrita na alínea anterior,

é aceite e reciprocamente ajustado o seguinte Acordo, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

## **1 Definições**

Os termos usados em maiúsculas neste Acordo e que nela não se encontrem definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Contrato de Gestão.

## **2 Contrato de Gestão**

A PT Comunicações declara ter pleno conhecimento do Contrato de Gestão, aceitando-o sem reservas, nomeadamente no que respeita aos poderes de fiscalização e intervenção directa nele atribuídos à Entidade Gestora (adiante designados por os "Poderes").

## **3 Obrigações da PT Comunicações**

**3.1** Em consequência da aceitação referida no número anterior, a PT Comunicações:

- 3.1.1** Não impedirá, inviabilizará, tornará mais oneroso ou mais difícil ou por qualquer forma obstará ao exercício dos Poderes, nos termos e nos limites estabelecidos no Contrato de Gestão;
- 3.1.2** Respeitará e executará, como se se tratasse de determinações emitidas pela Operadora, todas as instruções ou recomendações que a Entidade Gestora entenda *dever comunicar-lhe*, no uso dos Poderes, nos termos e nos limites estabelecidos no Contrato de Gestão;
- 3.1.3** Em caso de extinção do Contrato de Gestão e de exercício da Opção pela Entidade Gestora, dá o seu assentimento irrevogável e incondicional à *assumpção*, pela Entidade Gestora, nos termos do Contrato de Gestão e deste Acordo, da posição contratual que a Operadora detém no Contrato de Cedência de Espaços e prestação de serviços.

## **4 Cessão da posição contratual**

- 4.1** A Operadora confere, de forma irrevogável e incondicional, à Entidade Gestora o direito de assumir definitivamente, nos termos do Contrato de Gestão e deste Acordo, a posição contratual que para si resulta do Contrato de Cedência de Espaços e prestação de serviços.
- 4.2** A Entidade Gestora exercerá a faculdade descrita no número 4.1. mediante *comunicação escrita* dirigida à PT Comunicações, que se tornará eficaz na data da sua recepção, com cópia para a Operadora.

## **5 Efeitos da assumpção da posição contratual**

A *assumpção* da posição contratual prevista neste Acordo por parte da Entidade Gestora não constituirá motivo para a suspensão da execução ou para a rescisão do Contrato de Cedência de Espaços e prestação de serviços pela PT Comunicações, nem poderá justificar qualquer alteração do seu cumprimento pontual, quer por parte da Entidade Gestora, quer da PT Comunicações, nomeadamente no que diz respeito a pagamentos.

5  
Mde

## **6 Aceitação da Operadora**

A Operadora declara, expressa, irrevogável e incondicionalmente que aceita a totalidade do presente Acordo, nomeadamente no que respeita à assumpção da sua posição contratual no Contrato de Cedência de Espaços e prestação de serviços pela Entidade Gestora.

## **7 Comunicações**

**7.1** Todas as comunicações que, nos termos deste Acordo, hajam de ser feitas entre as partes serão eficazes, quando enviadas por telefax, na data constante da confirmação de recepção que identifique o telefax destinatário e o momento do envio; ou, quando remetidas por carta registada com aviso de recepção ou por protocolo, na data de recepção.

**7.2** Os endereços de cada uma das Partes, para efeitos de envio de correspondência ou telefax serão os seguintes:

### **Entidade Gestora**

GABINETE DE ESTUDOS E DE PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES DO  
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

A/C: Director

Morada: Rua Martens Ferrão, n.º 11

1050-202 Lisboa

Fax: (+351) 213533409

### **Operadora**

SIRESP – GESTÃO DE REDES DIGITAIS DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA S.A.

A/C: Pedro Rafael Bonifácio Vitor

Morada: Av. República, n.º 53, 8.º andar

1050-188 Lisboa

Fax: (+351) 217924809

### **PT Comunicações**

A/C: Helena Margarida Cadete Almeida Costa Fêria

Morada: Rua Andrade Corvo, n.º 6,

1050-009 Lisboa,

Fax: (+351) 215007508

**7.3** Qualquer das partes poderá indicar outro endereço, para os efeitos previstos nos números anteriores, devendo comunicar às outras partes tal alteração e a data em que a mesma se verificará, por qualquer dos meios referidos no número 7.1.

## 8 Direito aplicável

O Contrato rege-se e será interpretado segundo a Lei Portuguesa.

## 9 Resolução de diferendos

- 9.1 Todos os diferendos decorrentes deste Acordo serão resolvidos mediante discussões conduzidas de forma amigável e de acordo com princípios de boa fé.
- 9.2 Caso não exista acordo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da comunicação que uma das partes dirija às outras com vista à resolução amigável do litígio, os diferendos serão resolvidos de acordo com o Regulamento do Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa / Associação Comercial de Lisboa e da Associação Comercial do Porto / Câmara de Comércio e Indústria do Porto, por um tribunal arbitral composto por três árbitros nomeados nos termos desse Regulamento.
- 9.3 Na falta de acordo sobre o objecto do litígio, compete ao tribunal arbitral fixar o mesmo, tendo em conta o pedido formulado pela(s) parte(s) demandante(s) e a defesa deduzida pela(s) demandada(s), incluindo eventuais excepções ou pedidos reconventionais, ou quaisquer outras questões suscitadas nos articulados.
- 9.4 O tribunal arbitral julga segundo as regras do direito português, não havendo recurso da respectiva decisão.
- 9.5 No decurso da arbitragem, as partes permanecerão obrigadas ao cumprimento de todas as suas obrigações contratuais.

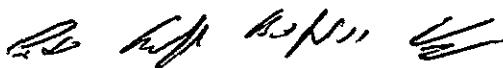
Feito em Lisboa, aos 4 de Julho de 2006, em três exemplares, sendo um exemplar destinado a cada um dos Contraentes.

Pela ENTIDADE GESTORA

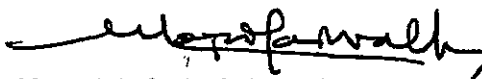


Eduardo Elísio Silva Peralta Feio  
Director

Pela OPERADORA



Pedro Rafael Bonifácio Vitor  
Presidente do Conselho de Administração



Manuel de Andrade Lopo de Carvalho  
Administrador

Pela PT COMUNICAÇÕES

*Helena Margarida Cadete Almeida Costa Féria*

Helena Margarida Cadete Almeida Costa Féria  
Procuradora